



A TERRA

ÓRGÃO DE UNIDADE DOS CAMPONESES DO NORTE

N.º 8 — 2.ª SÉRIE

OUTUBRO

DE

1964

PREÇO:

\$50

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS E A REFORMA AGRÁRIA

Ninguém ignora hoje em Portugal que a nossa agricultura atravessa uma profunda crise, que só será resolvida depois do derrubamento do regime fascista e de implantada a democracia.

Através dos seus longos 38 anos de domínio, Salazar e o seu bando demonstrou, de maneira que não admite dúvidas, que não esteve, não está, nem nunca estará interessado com a situação de miséria e ruína em que se debate a esmagadora maioria dos camponeses. Ao contrário, ele mostrou sempre que apenas lhe interessa a «sorte» dos grandes lavra-

dores, e para servir estes, que são afinal os seus amos, ele não hesitará em recorrer a medidas cada vez mais ruinosas para a Lavoura.

E, pois, um facto incontestado que a Lavoura portuguesa não poderá esperar qualquer solução para a terrível crise que atravessa, da parte do governo salazarista. Ele pode promover «debates» na chamada Assembleia Nacional; pode conceder «subsídios»; pode enviar o seu ministro da Economia pelo país fora a prometer mundos e fundos, que nada fará desaparecer esta atroz realidade: a agricultura afunda-se e o respon-

Mas como será ela resolvida? Esta pergunta faz-se na cada vez em maior número os que vivem e labutam nos campos.

Alguns partidos e agrupamentos políticos nacionais já se pronunciaram sobre este importante problema, isto é, já deram a conhecer a sua opinião de como deve ser resolvido o problema da nossa agricultura. Entre essas forças e correntes políticas destaca-se o Partido Comunista Português, o qual, através do seu Comité Central, e em reunião efectuada em Abril deste ano, reafirmou e desenvolveu a sua posição sobre tão agudo problema.

Afim de darmos conhecimento aos nossos leitores dessa posição, vamos transcrever a parte final do capítulo III (A Luta Pela Reforma Agrária), do Relatório aprovado pelo referido Comité Central, e apresentado pelo Secretário-Geral do Partido, o Dr. de Salazar e de Alvaro Cunha, e cujo título é «RUMO À VITÓRIA (As Tarefas do da democracia. (continua na 4.ª pág.)

A BATATA

Mais uma colheita de batata, mais o resultado de um ano de esforços e de luta e com eles mais uma incerteza para o camponês.

Dada a maneira como a cultura da batata se torna cara, devido aos adubos caros, insecticidas caríssimos, mão de obra mais cara, muitas décimas e mais subidas, etc., era imperioso que a batata desse um preço compensador para pagar tudo isso e para ficar algum dinheiro livre ao camponês para assim cobrir despesas inerentes à sua vida e dos seus familiares, para pagar rendas, para amortizar dívidas contraídas neste e noutros anos, etc. Mas, estamos já numa fase de comercialização da batata deste ano e nenhuma esperança se vêem que nos garantam qualquer recompensa na cultura deste produto. Passámos um ano inteiro a lutar, nós e a nossa família, e chegamos ao fim deste ano e desta luta e novamente verificamos que as nossas esperanças falharam, e por conseguinte as dívidas aumentam e com elas as nossas preocupações. A nossa alimentação e vestuário terão que ser ainda mais reduzidos, a nossa casa continuará a deteriorar-se porque não há dinheiro para a comprar, etc.

Mas enquanto isto sucede à grande legião de camponeses pelo país fora, quer sejam produtores de batata, de frutas, de resinas, de carnes, de cereais, etc.,

(continua na 2.ª pág.)

OBRIGADO RPL!

Na sua emissão de 29 de Julho, a Rádio Portugal Livre referiu-se em termos elogiosos e fraternais ao aniversário do nosso jornal. Falando em seu nome e em nome dos nossos leitores, ela procurou levar a todos os seus radiouvintes o conhecimento dos sacrificios e esforços de todos (repórteres, tipógrafos e distribuidores) que trabalham para que «A TERRA» cumpra a sua missão ao serviço dos camponeses do Norte, na luta contra o fascismo, pela democracia, a independência nacional e a Paz, acabando por irradiar o apelo que publicámos no n.º 7 — «Ajudar «A TERRA»...

Para todos quantos trabalham na RPL vão os nossos agradecimentos e a afirmação de que não regatearemos esforços para que o objectivo por que todos lutamos seja alcançado.

OS LAVRADORES DO SUL DÃO O EXEMPLO!

Quando, em 26 de Junho passado, o ministro da Economia afirmou a concessão dum subsídio à Lavoura no montante de 220.000 a 300.000 contos para o biénio 1964-1965, pensava que iria calar as reclamações e reivindicações que, em número cada vez maior, chegavam ao seu ministério. Mas enganou-se redondamente.

A surpresa da exiguidade do «subsídio» sucedeu à indignação e à revolta. Não foi preciso aguardar muitos dias para que os protestos e reclamações se levantassem por todo o campo.

A princípio, eles apareceram sob a forma de discordâncias, críticas e reparos. Como é lógico, estes surgiram dos organismos corporativos, particularmente dos seus órgãos cimeiros, os quais, ao mesmo tempo que analisavam e discutiam a concessão do «subsídio», levantavam outros problemas que afectam a agricultura, propondo soluções e reclamando «o início de um diálogo válido entre o sr. ministro da Economia e os representantes da Lavoura», assim afirmava a Corporação da Lavoura que, em comunicado à imprensa, declara-

rava ainda: «a promessa de 110.000 a 150.000 contos por ano de subsídios que agora oferecem para o biénio 1964-1965, não chega para colimar os prejuízos resultantes de um único decreto — o que instituiu o regime cerealífero —».

Depois, foi a vez das Federações dos Grémios. Assim, a Federação dos Grémios da Lavoura do Baixo Alentejo, entre outras coisas, afirmava que... «ao anunciar o subsídio de 220.000 a 300.000 contos, a Lavoura não deve depositar esperanças demasiadas nele, pois se vier a ser distribuído igualmente por todas as médias e pequenas explorações do País, que são cerca de 700 mil, caberá a cada uma uma importância da ordem de 300\$00 a 400\$00».

Após as reuniões dos organismos corporativos cimeiros, que se limitam ainda a abrir diálogo com o ministro e não a condenarem a política agrária fascista, surgem as reuniões dos lavradores, autênticas reuniões de massas, em que participam centenas de agricultores, que não se limitam apenas a discutir o subsídio, mas sim toda a crise da Lavoura. Realizaram-se reuniões em Évora, Lisboa, Serpa, etc. Na reunião de Serpa, em que estiveram presentes cerca de 300 agricultores, discutiu-se «a situação alitiva em que se encontra a lavoura deste concelho» e concluiu-se... «Ser indispensável o saneamento financeiro na lavoura, (...) por um parcelamento das actuais dívidas ocasionadas pela exploração agrícola, como por exemplo, empréstimos pela C.N.C. de importâncias para a compra de adubos e financiamento aos grémios da lavoura, de modo a permitir-lhes o fraccionamento na liquidação das contas devidas pelos seus associados. O prazo mínimo de pagamento destas dívidas deveria ser de dez anos».

E as reuniões continuam. E os protestos também. E nós, camponeses do Norte, que devemos fazer? Terá o «subsídio» algum valor para nós? Não, certamente que não! E tanto mais que já hoje sabemos que se ele vier a ser distribuído, será na proporção da terra possuída ou explorada, o que quer dizer que serão os que têm mais terra que beneficiarão dele.

Devemos seguir o exemplo dos nossos colegas do Sul e promover também, nós grémios e nas cooperativas, reuniões onde discutamos os nossos problemas e onde aprovemos resoluções que, contendo as nossas principais reclamações, sejam entregues depois ao governo.

Os lavradores do Sul deram o exemplo! Pois sigamos o seu caminho!

A BATATA

(continuação da 1ª pág.)

Acontece que aqueles que comercializam estes artigos que produzimos enriquecem aceleradamente, têm dinheiro para acumular, e até por vezes, para estragar-nisto e naquilo... Por que motivo empobrecem os que produzem e enriquecem aqueles que comercializam os produtos dos camponeses? Os motivos disso suceder são diversos; e entre eles, é um dos piores, está na colaboração dos governantes com os comerciantes: ora dando a estes autorização para que se mandem vir do estrangeiro batatas, quando nós temos quantidades mais que suficientes para abastecer o país, como aconteceu o ano passado, mas não só com a batata como com o milho; ora permitindo-lhes lucros grandes, etc. E com estas negociações que eles se arranjam, comerciantes e governantes, e o camponês que sofre, que outra sorte não merece...

Não, amigo e colega camponês, nós não podemos continuar à mercê duns usurpadores deste género por mais tempo, os nossos filhos não nos perdoariam se lhes legássemos este estado de coisas, nós temos que modificá-las, embora para isso tenhamos que entrar em luta com um governo que se apossou da Nação pela força; ora, a Nação é de todo o Povo, os governantes são servidores desse Povo e nunca podem ser seus usurpadores, quer fazendo-o quer permitindo que se faça. Logo, nós temos que combater um governo que protege uns e explora outros; nós queremos um governo escolhido pelo Povo, nós temos que combater um governo que faz da Pátria balcão de compra e venda; nós temos que combater um governo que nos arruína, etc.

Amigo camponês, exijamos que a batata dê peças compensadoras, exigindo: adubos mais baratos, ferramentas baratas, décimas mais pequenas, etc., etc.

Mas para obtermos isto, amigo camponês, só correndo com o maldito governo que nos tem arruinado, nele já não podemos depositar quaisquer esperanças, porque o que se tem vindo a passar, já há tantos anos, prova bem que não podemos ter confiança nele, por isso, só nos resta uma coisa, correremos com ele.

RÁDIO PORTUGAL LIVRE

TODOS OS DIAS

das 7 às 7,50 em 50 metros, das 19 às 19,30 e das 21,15 às 21,45 em 32 metros, e das 23,30 às 23,45 em 36, 40 e 43 metros

Rádio Voz da Liberdade

Todas as quartas e sábados às 23,15 pelas ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e ondas médias de 230 e 220 metros.

OBRIGADO PELO «AUXÍLIO»! AS ROUBALHEIRAS CONTINUAM!

A Junta Nacional das Frutas, em nota distribuída à imprensa a 28-8, declarava o seguinte: «Verificando-se que em muitas regiões produtoras se estão praticando preços excessivamente baixos para a batata, a Junta Nacional das Frutas adquirirá, a partir desta data, as quantidades que lhe forem oferecidas pelos produtores ou suas organizações, em armazéns situados em Lisboa e Porto, aos preços seguintes: Arrau-Banner \$80, e Eigenheimer, Bintje e outras de boas características culinárias \$90. Estes preços entendem-se por batata de boa qualidade, escolhida de acordo com as normas estabelecidas para a batata de consumo».

Isto até parece que estão a fazer pouco de nós! É brincar com a nossa situação!

Então, para importarem em 1963 mais de 50.000 toneladas de batata, não se preocuparam em ir buscar-lhe a terras de duvidosa sanidade, nem de pagá-la muito mais cara. Prejudicou-se a venda das nossas batatas temporais; estagnou a sua venda em algumas regiões, especialmente nas terras frias de Trás-os-Montes e Beiras; a enxurrada de batata americana foi tão grande que houve precisão de dedicar uma parte para «semente». Nessa altura, o que interessava era que o consórcio que negociou a importação dessa batata arrecadasse uns milhares de contos, não só do negócio, como também do Fundo de Abastecimento que, em vez de guardar, teve de despendir uns bons milhares de contos.

Servir esse consórcio, foi o objectivo do governo salazarista. Prejudicar os lavradores e o público consumidor, foi o resultado da sua política.

E depois de tudo isto, a JNF tem o descaramento de propor adquirir certas quantidades de batata, mas só em determinadas condições e entregue nos armazéns de Lisboa e Porto! «Esqueceu-se» de dizer quem é que paga o transporte das zonas produtoras até aquelas cidades. Então, agora já não servem os armazéns construídos na Guarda, Bragança e Trancoso? Não srs. da JNF! Obrigado pelo vosso «auxílio»! Quereis fazer negócio à nossa custa. Quereis tornar-vos no maior intermediário da comercialização da batata? Não vos chegam já os milhares de contos que ganhais em cada ano? Fora gatinhos! Um dia, que já não vem longe, te-réis de prestar contas das vossas roubalheiras.

AJUEDEMOS - A TERRA -!

Publicamos neste número as principais rubricas recebidas dos amigos e leitores de «A TERRA». Para se publicar, defender e levar a sua palavra a todo o Norte, «A TERRA» precisa da ajuda de todos os camponeses. Ela conta com essa ajuda.

ABRIL DE 1964

Abaixo Salazar!	100\$00
Camponês	20\$00
Camponês democrata	20\$00
Camponesa progressista	20\$00
Camponeses organizados	50\$00
TOTAL	210\$00

MAIO DE 1964

Camponesa progressista	15\$00
Camponeses organizados	90\$00
Camponeses uni-vos!	100\$00
Reforma Agrária	20\$00
TOTAL	225\$00

Depois do aumento verificado na sêmea (\$30 em kg), já noticiada pelo nosso jornal, aumento esse que, como dizíamos então, se realizava a favor dos monopólios da moagem e seus agentes, e contra os lavradores, mais um roubo acaba de ser cometido contra a agricultura — o aumento do sulfato em \$50 o kg.

Confirmando a sua política a favor dos monopólios, neste caso o Amoníaco Português, a UFA, a CUF, etc., o governo fascista de Salazar decreta mais este aumento, e numa altura em que o consumo do sulfato era maior. Com efeito, o aumento veio precisamente quando estavam decorrendo as sulfatações nos batatais e vinhas. Será que este ano vamos vender o vinho e a batata mais caros? Não! Certamente que não!

E como sempre, também neste aumento não foram só os monopólios beneficiados. Foram também os grandes lavradores, pois os sacos de sulfato que foram lançados no mercado antes do aumento eram de 100 kg, isto é, os que se destinavam aos grandes lavradores. Só depois vieram os sacos de 50 kg e só então é que se verificou o aumento. Por aqui se vê como os monopólios e os grandes lavradores combinam os seus interesses, e como o governo salazarista, apesar dos «debates» na chamada Assembleia Nacional, que de nacional só tem o nome, os defende e protege. Ou não fosse ele o governo dos monopólios e dos latifundiários, associados ao imperialismo estrangeiro.

Dia a dia se torna mais evidente que só derrubando o fascismo e instaurando a democracia, a nossa situação melhorará.

A FALTA DO BACALHAU

Os meios rurais continuam a ter falta de bacalhau.

Está visto que os camponeses não merecem qualquer atenção dos governantes. Não obstante partirem dos campos quase todos os alimentos para a manutenção da vida das pessoas, ao campo não é preciso chegar nada, o camponês não precisa de alimentação boa, o camponês pode viver somente do tão apregoado ar puro do campo.

O camponês mal tem dinheiro para poder comprar bacalhau, mas serviços há no campo em que ele não pode fugir de fazer esta despesa e outras no género. Pois bem, mesmo quando precisa, raras vezes encontra bacalhau e, quando o encontra, também algumas vezes já o encontra deteriorado e por preços mais caros que os da tabela.

Que mal fez o camponês para merecer assim um tal desprezo e uma tal exploração? Pobre camponês que estás sujeito a tudo que há de pior na vida das pessoas... Mas, no caso do bacalhau, isto acontece porque o governo protege os negociantes que têm o monopólio do bacalhau nas mãos, e estes, por sua vez, assim protegidos, lançam quantidades pequenas no mercado para «fazer o peixe caro», como se costuma dizer, não importa que se estrague algum devido a estar retido para não fazer fatura, mesmo depois de deteriorado ele tem consumo garantido. É costume dizer-se: o fraco vai para o provincia... Pois claro, que valor tem o camponês para merecer sorte melhor?

Colega camponês, basta de fazerem pouco... Nós (continua na 4ª pág.)

Estamos num novo ano escolar e todos nós sabemos que o ensino secundário está, por assim dizer, vedado aos filhos dos camponeses, ou seja, aos filhos dos pequenos proprietários e dos rendeiros. E casos há em que o próprio ensino primário não existe ainda em alguns pontos do país, não falando já da má qualidade do nosso ensino, isto é, a criança sai da escola a dar muitos erros, mal sabe escrever uma carta e depressa esquece o que aprendeu porque foi mal ensinada, e tudo isto mais por culpa da estrutura do ensino que pelo trabalho do professorado. Este, na maior parte dos casos, é também uma vítima da tal estruturação errada do ensino. Numa palavra, o que se passa em Portugal no campo do ensino, além de uma orientação criminoso, é uma vergonha.

Mas, os camponeses, na qualidade de seres humanos e integrados fundamentalmente na estrutura económica da Nação terão algum valor para terem o mesmo direito à instrução como qualquer outro cidadão? Sim, qualquer pessoa, mesmo mal intencionada, não pode negar que os camponeses são seres humanos e o valor que representam na riqueza da Nação. Então, não são eles que fazem com que cheguem às mesas quase todos os alimentos que fazem parte da alimentação das pessoas? O camponês é um dos principais valores económicos no seio da Nação, mas além disso, e acima de tudo, é um ser humano e como tal deve ser tratado. Sendo assim, por que razão

O P.C.P. E A REFORMA AGRÁRIA

(continuação da 1ª pág.)

Partido na Revolução Democrática e Nacional).

«A Reforma Agrária não beneficiará apenas os assalariados rurais. Ela beneficiará também a maioria esmagadora dos camponeses. As terras expropriadas aos grandes agrários devem ser entregues aos assalariados e camponeses pobres para que as utilizem como melhor entenderem: ou em explorações individuais, que só poderão garantir uma vida folgada aos camponeses se associados em cooperativas, ou como herdades do Estado. A Reforma Agrária não poderá, porém, ser apenas a entrega da terra expropriada. Ela implica, além da garantia de trabalho e de melhores salários aos assalariados rurais, a concessão de créditos aos pequenos agricultores, a diminuição dos impostos dos pequenos proprietários ao Estado e às Câmaras, o auxílio em máquinas e técnica, a abolição de formas feudais de exploração (foros, parceria, etc.), a diminuição ou extinção das rendas, o perdão das dívidas dos camponeses pobres às instituições de crédito e aos usurários, a reorganização completa do comércio dos produtos agrícolas, o estabelecimento de preços compensadores.

Na realização da Reforma Agrária estão interessadas todas as camadas laboriosas dos campos. E está interessada a nação portuguesa no seu conjunto.

Num país em que a maioria trabalhadora se emprega na agricultura, o atraso agrícola e o consequente baixo poder de compra da população rural, restringe o mercado para os produtos industriais. A Reforma Agrária (conjugada com outras reformas profundas da estrutura económica e social) poderá permitir a transformação da atrasada agricultura portuguesa numa agricultura progressiva e florescente, base indispensável para uma vida desafogada para todos os portugueses e para a economia nacional próspera e independente.»

os filhos dos camponeses não frequentam as escolas secundárias? Será que os pais não têm interesse pelos seus filhos? Não, não é por isso, os pais camponeses têm tanto amor e interesse pelos seus filhos como qualquer outro pai. Os camponeses não mandam os seus filhos frequentar as escolas secundárias, porque não têm dinheiro para o fazer, mesmo que estas escolas existissem mais próximas das suas terras; mas, como não têm dinheiro e as escolas secundárias só existem a grandes distâncias, nas principais cidades, é-lhes totalmente impossível fazê-lo. Por isso, se os filhos dos camponeses não frequentam as escolas secundárias, é porque o governo nada tem feito para que isso aconteça, pelo contrário, este maldito governo que nos governa pela força há trinta e tal anos não quer que os nossos filhos sejam instruídos, porque as pessoas instruídas, quando exploradas, sabem defender melhor os seus direitos.

Que condições temos nós, camponeses, para mandar os nossos filhos estudar nestas escolas? As nossas dívidas ocasionadas pelas crises agrícolas já não podem ser aumentadas. Ora, estas crises são provocadas mais pelas diferenças de preço que pela deficiência na produção, logo, é ao governo que cabem as culpas das nossas crises e, por consequência, das nossas dívidas, etc. Mas, se ainda existissem escolas secundárias mais próximas dos nossos lugares, ainda seríamos capazes de tentar fazer mais uns sacrifícios para darmos alguma instrução aos nossos filhos, mas essas escolas só existem nas principais cidades, e mesmo aí, consta que não são demais. Em face disto, está-nos totalmente vedado um direito que nos possibilitava um bem e que, por sua vez, muito contribuiria para a grandeza da Nação.

Camponeses, colegas, o maldito governo que nos governa pela força não tem nenhum interesse por nós, exige tudo da nossa parte, mas que nos dá em troca? Dá-nos a impossibilidade de dar instrução aos nossos filhos, de liquidarmos as nossas dívidas, de termos uma melhor casa e uma melhor alimentação, etc. Por outro lado, lança-nos cada vez mais impostos, licenças, multas, etc. Nada faz para que as coisas que compramos se tornem mais baratas, mas tudo faz para que aquilo que produzimos seja vendido debaixo de rigorosas tabelas, etc. Enfim, temos pela frente um governo que nos desgraça e só nos sabe explorar.

Colegas, camponeses, perante um estado destes só nos resta tomar um caminho, o caminho do combate para correr com um governo que nos come tudo e que nos despreza, não nos permitindo que possamos ter aquilo que de bom existe.

A FALTA DO BACALHAU

(continuação da 3ª pág.)

temos que correr com um governo que dá origem e protege a que coisas desta natureza tenham lugar. Nós merecemos ter outra sorte, mas tu, colega e amigo camponês, sabes melhor que ninguém que para conseguires arrancar os frutos da terra tens de travar uma luta durante um ano inteiro, por isso, nada vem sem luta; ora, nós para obtermos um governo escolhido por nós, que se interesse por todo o Povo da mesma maneira, teremos que correr com este governo que explora uns em benefício dos outros. Só lutando contra ele é que nos poderemos libertar dele.